

cabimento na selecção, sobretudo porque uma disciplina alheia à religião, como é o caso do Latim, devia apresentar uma maior independência e afastamento da problemática religiosa.

À parte isto, os conselhos para o melhor aproveitamento dos textos, dados pelo autor, parecem-nos muito coerentes e adequados, fruto de uma leitura atenta da sua parte. Trata-se, assim, de um valiosíssimo instrumento de trabalho que, sem dúvida, agradarão muitos a professores e alunos.

CARLOS DE MIGUEL MORA

João Beato, Arnaldo do Espírito Santo e Maria Cristina de Sousa Pimentel, *Sic concluditur. Latim II*, Lisboa, Colibri, 1998.

Este terceiro e último livro da série, assinado em primeiro lugar por João Beato, apresenta em relação aos outros dois a vantagem de ter um leque muito maior de autores tradicionalmente considerados “clássicos”. Não estando sujeito, à partida, à restrição de escolher textos com um determinado grau de simplicidade sintáctica, como era o caso dos livros anteriores, o autor teve a oportunidade de estabelecer uma divisão por temas dentro da literatura latina, pelo que este volume não apresenta o monotematismo cristão dos outros.

Cada módulo oferecido pelo autor, onde se agrupam diversos fragmentos por temas, é introduzido por um breve comentário que justifica a escolha e por interessantíssimas propostas de estudo a três níveis: literário, gramatical e estilístico, que indubitavelmente serão uma ajuda inestimável para o professor e para o aluno que tratem estes textos.

É, porém, na estrutura geral do livro que não concordamos com o autor. As três grandes partes em que se divide, correspondentes aos géneros narrativo, dramático e lírico, supõem uma inadequada anacronia porque aplicadas à literatura latina clássica. Com efeito, só

a partir do Renascimento é que se pode falar destes géneros com o sentido moderno. Esta simplificação, feita sem dúvida para poupar complicações aos alunos, há-de acabar por confundi-los. Além disso, dentro de cada uma das partes teoricamente consagradas a um género, introduzem-se temas que pouco ou nada têm a ver com esse género. Só para dar um exemplo, a oratória e as reflexões teóricas sobre crítica literária não deveriam encontrar-se sob a mesma epígrafe que a epopeia e a história. Por outro lado, a tentativa, por parte do autor, de manter uma divisão que faça coincidir género e temáticas –quando para os antigos as divisões genéricas, sem deixar de se relacionar com os temas, tinham muito mais a ver com os metros–, obriga-o a introduzir, de maneira forçada, determinados textos em capítulos onde não se enquadram (por exemplo, epigramas dentro do género narrativo, fragmentos elegíacos dentro da parte dedicada ao género dramático, ou um prosaico texto de Valério Máximo dentro do género lírico). Muito mais fácil teria sido para o autor abandonar a auto-imposição de estruturar o livro por géneros e fazê-lo, de uma maneira mais fácil e razoável, por temáticas, que é realmente a tendência que parece predominar.

Quanto à grafia, é preciso notar a inversão de ‘V’ maiúsculo e ‘u’ minúsculo na página 86 (*Ut – servum*) –certamente por gralha tipográfica–, opondo-se desta forma à tendência geral do livro; o mesmo acontece na página seguinte, onde os ‘u’ consonânticos são grafados como ‘v’.

Abstraindo-nos das três grandes partes que se pretendem fazer coincidir com géneros literários, a organização por temas é válida e até interessante, permitindo ao professor o acesso a um grande número de textos latinos que partilham um espírito comum ou um núcleo temático geral coincidente. É, portanto, um livro de grande utilidade e valor, que deve, no entanto, ser utilizado com a precaução de não se deixar condicionar pela sua estruturação.

Quereríamos, antes de terminar esta recensão aos três livros, apontar o que nos parece uma falta de coordenação que, sem ser demasiado importante, deveria ter sido evitada. Referimo-nos à forma de citação dos textos latinos. É desconcertante comprovar que, das várias maneiras válidas para o fazer, cada autor escolhe uma diferente: no primeiro volume, com o nome do autor em tradução portuguesa, no segundo, com o nome latino em genitivo (o que, sem dúvida, é a escolha mais acertada), no terceiro com o nome latino em nominativo (de que não gostamos particularmente). É um aspecto que deve ter passado despercebido aos autores, já que, no geral, apresentam os mesmos critérios de objectivos, selecção, apresentação e propostas de análise dos textos.

CARLOS DE MIGUEL MORA

Jorge Deserto, *Figuras sem nome em Eurípides*. Lisboa, Cosmos, 1998.

Num teatro como o de Eurípides, onde a 'tradição' se representa por via da 'inovação', as grandes figuras lendárias dos mitos gregos encontram em personagens secundárias, de inferior condição social, verdadeiros interlocutores dramáticos que aprofundam e diversificam as possíveis semantizações da configuração trágica. A presença constante, dessas 'figuras sem nome' tornou-se, nas peças euripidianas, um dos traços mais ilustrativos e emblemáticos da arte dramática do poeta, que nunca descurou a dimensão social e a natureza espectacular da tragédia.

Como o número de personagens secundárias anónimas se multiplica nas peças conservadas de Eurípides, e muito diversas podem ser as suas funções, o A. decidiu, por questões metodológicas, circunscrever o «universo deste trabalho» (p.18) às *dramatis personae* que, repetidamente, recebem o nome de *agricultor* (*autorgos*) *arauto*